

MANIFESTO

Da Junta da Administração da Companhia Extincta do Grao Pará, e Maranhão, sobre os trabalhos preparatorios a que tem procedido, como Administradora da Massa da Extincta Companhia de Pernambuco, e Paraíba, para illucidar a indicação do Illustre Deputado o Sr. Manoel Zeferino dos Santos, transcripta no Diario do Governo N. 69, e mais circunstanciadamente no Independente N. 66.

A Junta da Administração dos Fundos da Extincta Companhia do Grao Pará, e Maranhão, tendo merecido a honra de que Sua Magestade no Soberano Congresso Determinasse pelo seu Decreto de 11 de Outubro do anno passado, que a Massa da Extincta Companhia de Pernambuco, e Paraíba se adherisse á Administração da mencionada Junta do Pará: E sendo concebido o dito Decreto em cinco Artigos, em que no 1.º extingue a Administração que entao existia; no 2.º comprehende a Nomeação da nova actual Administração, commettendo a esta a faculdade de nomear duas Administrações suas Subalternas; huma em Pernambuco, e outra na Paraíba, composta cada huma de tres Accionistas dos mais idoneos; e no 3.º revoga a Carta Regia de 30 de Junho de 1808, a fim de que removido o Embargo por ella determinado, fosse recolhida nos Cofres da Companhia, a Somma que estava em deposito nos Cofres da Thesouraria Geral de Pernambuco; no 4.º que recommenda a maior vigilancia, e economia; e no 5.º finalmente que declara provisoria a nova actual Administração, até que se possa realizar huma reuniao da maior parte dos Accionistas, que seja immediatamente convocada para lugar certo, com o menor prazo de tempo, e pelo melhor modo que for possível, a fim de nella se tratar da nomeação de Administradores, e fórma da Administração, pela maneira que os mesmos Accionistas julgarem mais conveniente.

Em cumprimento pois do referido Decreto, os Membros collectivamente nomeados, não se demoráram em tomar posse, verificada em 27 de Outubro do anno passado, em concorrência com os que findavaõ, de quem recebêram devidamente o Saldo existente em Caixa: e successivamente amiudando as suas Sessões, examináram com seus proprios olhos, muitas e repetidas vezes o estado da escripturação; fizeram trabalhar desde o primeiro momento n'huma Lista nominal de rezenha dos Accionistas, que hoje representaõ pelas tres mil e quatrocentas Acções, que fórmaõ a sua totalidade absoluta: e durante isto, não perdêram hum instante de vista os ditos actuaes Administradores em pesquisar incangavelmente, quaes seriaõ os Accionistas mais idoneos, para comporem as Administrações do Ultramar, na conformidade do dito Artigo 2.º; por cujas informações, huma, e muitas vezes comprovadas, procedeo-se á nomeação de João Barrozo Pereira, Antonio Joaquim do Carmo Nunes, e Antonio Jozé d'Amorim; resultando esta da mais escrupulosa diligencia, de que foi bem noticiado o Illustre Sr. Deputado Zeferino dos Santos, e até por sua indicação, foraõ escolhidos os sobreditos dois ultimos nomeados, em razão tambem de se apurarem a seu favor as melhores informações dadas por diversas pessoas de notavel conceito.

Lavraraõ-se immediatamente na data de 30 do dito mez de Outubro, e poucos dias depois, remetteraõ-se pelo Navio Incomparavel, as Nomeações competentes, acompanhadas de Instrucções praticas, relativas á arrecadação dos Fundos, sistema de remessas, e methodo de regular as Contas Demonstrativas, etc.; repetidas em segunda Via, adicionada esta com amplos additamentos, e declarações, segundo a occorrença, remettendo-se tudo em Dezembro seguinte, pela Galera Gratidaõ.

Acontecendo pouco depois, mudar de destino o primeiro dos nomeados Joaõ Barrozo Pereira, que voltando a esta Côrte, pediu o ser dispensado daquelle Emprego, não cessou hum instante a Junta, na diligencia de escolher outro habil Accionista que o supprisse; o que se verificou, sendo nomeado em lugar do dito Barrozo, Joaõ Abraham Mazza, naturalizado Portuguez; que recebendo as convenientes Instrucções, sem se lhe permittir, nem a demora de huma semana, partio para Pernambuco, em Fevereiro deste anno no Navio Sacramento, accelerando-se tão diligentemente a partida deste Administrador, por excitar o maior cuidado, não se haver recebido resposta alguma de nenhuma das Vias, quando aliás já tinha voltado o primeiro daquelles Navios por onde foraõ, e diversos outros de posteriores partidas.

Todos estes trabalhos em substancia expendidos e a sua continuacão, tem sido, e vaõ sendo o exacto dezempenho literal dos 2.º, 3.º, e 4.º Artigos do mencionado Decreto, sem o previo preenchimento dos quaes, nunca poderia ter lugar a Convocaçãõ dos Accionistas, debaixo das condições, e circumstancias determinadas no mesmo Artigo; quaes a de se empregar na sua Convocaçãõ o menor prazo de tempo, e pelo melhor modo possivel; circumstancias que exigem hum preparo demonstrativo do estado de todas as Contas, assim desta Côrte, como do Ultramar: de huma Lista de rezenha apurada, de todos os Accionistas: e finalmente de todas as Notas instructivas, e illucidatorias; de maneira que a Convocaçãõ achando todas as indagações apuradas, e tendo só e meramente a deliberar, empregue segundo a dita frase do Decreto, o menor prazo de tempo, e conclua todos os seus fins, pelo melhor modo que for possivel, munida de pleno conhecimento de causa. Tal pareceo aos actuaes Administradores a evidente intelligencia do dito Decreto em considerar, não absoluta, mas relativa, e condicional no Artigo 5.º a frase — *de immediatamente serem convocados os Accionistas* — como indicando a urgencia de se não levantar maõ do trabalho preparatorio, designado nos antecedentes Artigos, para que findo este, não se perdesse entaõ hum só instante inutilmente.

O periodo de tempo decorrido desde Outubro do anno passado, em que se promulgou o mencionado Decreto, até hoje, nunca bastaria para ultimar o devido trabalho preparatorio; mas ainda quando vencivel fosse, não poderia esta Junta proceder ex abrupto á Convocaçãõ dos Accionistas, sem primeiro representar a Sua Magestade no Soberano Congresso, a urgencia de hum local proprio, o que era dependente de pozitiva, e Real Determinação, para em consequencia evitar o recurso a local alheio, á custa da Massa administrada, huma vez que o mesmo Soberano Congresso, está a decidir sobre o esbulho que ás Administrações tanto do Pará, como de Pernambuco, se fez de dois Edificios construidos em Solo proprio, com dinheiro das ditas antigas Companhias, aonde se apresenta toda a proporção, na Casa em que a Junta fazia as suas Sessões, e de que foi esbulhada: ao mesmo tempo que a demora na decisaõ deste quezito, quando unico fosse, parece não deverá assustar aos Interessados, continuando a Administração nas mãos daquelles que bem promovem a liquidaçãõ, e arrecadação dos Fundos dos Interessados do Pará, segundo notoriedade tal, que mereceo a esta Junta a honroza distincção de que hum numero ponderoso de Accionistas de Pernambuco, requeresse a sua acreditada direcção; con-

templação tão linzonjeira, que os actuaes provizorios Administradores protestaõ á face do Mundo, consagrar-lhe, em quanto lhes for dado, a continuação dos mais sollicitos desvélos; e por isso longe de temerem qualquer censura, ou pesquisa, elles mesmos se empenhaõ em prevenir, naõ só a Interessados, mas a quaesquer outras Pessoas, que por mera curiosidade queiraõ verificar occularmente, o effeito do diligente trabalho da dita Junta, que dando avizo na vespera, lhe será franqueado na respectiva Contadoria, tudo o que possa demonstrar a sua boa fé, e diligencia, e ao mesmo tempo a justiça com que da parte de todos os homens verdadeiramente de bem, sustenta o conceito de honra, e de intelligencia. Lisboa aos 30 de Março de 1822.

Feliciano Jozé Alves da Costa Pinto.

Filippe Carlos da Cunha Souto e Mattos.

Jozé Nicoláo de Massuellos Pinto.

Jozé Antonio Soares Leal.

